

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.604.602 - MG (2019/0313248-7)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MARIA ELISA LOUBACK DE FREITAS
AGRAVANTE : NELSINO MARQUES DE FREITAS
ADVOGADOS : JOÃO PEDRO DE OLIVEIRA COSTA - MG086625
RAFAEL AUGUSTO FERREIRA GOMES - MG141423
AGRAVADO : ABNER AMBROSIO DA FONSECA
ADVOGADO : CÉLIO SILVA CAMARGO E OUTRO(S) - MG039738

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por NELSINO MARQUES DE FREITAS e OUTRO, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de NELSINO MARQUES DE FREITAS e OUTRO, foi percebida, no STJ, haver irregularidade no recolhimento do preparo, eis que não foi comprovado o recolhimento do preparo no momento da interposição do recurso e, antes de o tribunal de origem proceder à intimação para o recolhimento em dobro, previsto no § 4º, art. 1.007 do Código de Processo Civil, a parte juntou a guia de recolhimento e o respectivo comprovante de pagamento; no entanto, de forma simples.

Sendo assim, houve a intimação da parte Recorrente, com fundamento no art. 1.007, §§ 2º e 4º, do Código de Processo Civil, para complementar o recolhimento, no prazo de cinco dias, somente da parte faltante da verba em dobro, sob pena de não conhecimento do recurso.

A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício, não regularizou.

Registre-se que a petição de fls. 854/857 veio desacompanhada da integralidade dos documentos que supostamente regularizaria o vício processual, tendo

Superior Tribunal de Justiça

sido juntadas apenas as guias, sem os comprovantes de pagamento, impossibilitando a aferição da complementação do recolhimento. Além disso, ressalto que a petição de fls. 858/864 não pode ser aceita para o fim de regularização do preparo, em razão da preclusão consumativa, uma vez que já realizado o ato, por meio da petição de fls. 854/864.

Dessa forma, o recurso especial não foi devida e oportunamente preparado, incidindo, na espécie, o disposto na Súmula n.º 187 deste Tribunal, o que leva à deserção do recurso.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente